

Teoria queer-crip no Brasil e a sexualidade de pessoas com deficiência: uma revisão de literatura

Theory queer-crip in Brazil and the sexuality of people with disabilities: a literature review

Helen Cristiane da Silva Theodoro
Fátima Elisabeth Denari
Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)
São Carlos-Brasil

Resumo

A teoria queer-crip é um importante campo de estudo que visa discutir a sexualidade de pessoas com deficiência de maneira mais ampla. Esta pesquisa tem o objetivo de mapear o desenvolvimento de pesquisas acerca da teoria queer-crip no Brasil sobre o desenvolvimento da sexualidade de pessoas com deficiência. Se trata de uma pesquisa qualitativa, caracterizada como bibliográfica e exploratória. Foram selecionados, em bancos de dados nacionais, cinco estudos. Os resultados mostram que as pesquisas estão concentradas em questões sociais e jurídicas, não focando necessariamente no desenvolvimento da sexualidade das pessoas com deficiência. Todavia, a discussão acerca da teoria queer-crip pode fazer com que mais políticas públicas sejam desenvolvidas, contribuindo ao pleno desenvolvimento da sexualidade dessas pessoas.

Palavras-chave: Educação Especial; Teoria Queer-Crip; Sexualidade.

Abstract

Queer - crip theory is an important field of study that aims to discuss more broadly the sexuality of people with disabilities. This research aims to map the development of research about queer - crip theory in Brazil on the development of sexuality of people with disabilities. It is a qualitative research, characterized as bibliographic and exploratory. Five studies were selected in national databases. The results show that the researches are concentrated on social and legal questions, not necessarily focusing on the development of the sexuality of people with disabilities. However, the discussion about queer - crip theory may lead to more public policies being developed, contributing to the full development of the sexuality of these people.

Keywords: Special Education; Queer-Crip Theory; Sexuality.

1. Introdução

Historicamente a sexualidade tem sido (e ainda é) considerada tabu. Mesmo com o incremento, nas últimas décadas, de pesquisas e debates públicos sobre a temática, a sexualidade continua sendo pouco abordada no campo educacional, sobretudo no que diz respeito à educação especial.

Nesse sentido, também é preciso ter em mente que tratar a respeito da sexualidade com pessoas com deficiência pode causar algum tipo de desconforto (MAIA, 2011, 2019; ZERBINATI; BRUNS, 2017). De qualquer forma, como argumenta Pinel (1999), a sexualidade deveria ser tida como um direito intrínseco do ser humano. De acordo com a autora, a sociedade pode até influenciar as expressões da sexualidade, mas jamais “[...] proibir as infinitas transformações e manifestações sexuais.” (PINEL, 1999, p. 218).

Para todas as pessoas, o desenvolvimento da sexualidade tem início na infância. Apesar de estar atravessada por múltiplos fatores pessoais, a sexualidade vai muito além do indivíduo em si mesmo, uma vez que abarca conteúdos culturais, sociais e políticos (LOURO, 2000; MAIA, 2011). Louro (2000) defende que a sexualidade é aprendida e construída no decorrer de nossa existência, de muitas formas, tendo em vista que “[...] envolve rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos, convenções [...], processos profundamente culturais e plurais.” (LOURO, 2000, p. 7). Weeks (2000, p. 35), por sua vez, explica que, “embora o corpo biológico seja o local da sexualidade, estabelecendo os limites daquilo que é sexualmente possível, a sexualidade é mais do que simplesmente o corpo.”. Logo, a sexualidade não pode ser dissociada da concepção de corpo e de identidade.

As identidades são constituídas por meio de processos culturais, nos quais as instituições sociais (família, escola, religião, Estado etc.) exercem forte influência (LOURO, 2000). Maia (1997) reitera que a sexualidade não deve ser entendida como sinônimo de sexo (relação sexual, orgasmo, órgãos sexuais etc.), mas, sim, como uma variedade de condutas humanas “[...] que abrange diferentes aspectos, como o amor, relacionamentos afetivos e sexuais, a sensualidade, o erotismo e o prazer, a expressão da identidade e dos papéis sexuais etc.” (MAIA, 1997, p. 2).

Levando isso em conta, é evidente a complexidade do conceito de sexualidade, principalmente porque se fundamenta em padrões sociais e culturais de normalidade. Por esse motivo, qualquer desvio com relação ao padrão de normalidade pré-estabelecido, como,

por exemplo, a deficiência, pode impactar o desenvolvimento da sexualidade e das identidades (MAIA; RIBEIRO, 2010; MOUKARZEL, 2003).

Maia e Ribeiro (2010) apontam que a deficiência gera impactos em toda a família, podendo afetar diretamente o desenvolvimento da sexualidade dessas pessoas. Uma vez que a deficiência ainda é estigmatizada e marginalizada pela sociedade, os pais e/ou responsáveis podem apresentar comportamentos altamente incentivadores de independência e socialização ou superproteger e isolar a/o filha/o com deficiência, dificultando o pleno desenvolvimento de sua sexualidade e das identidades sociais e sexuais. Os autores elencam os cinco mitos principais no tocante à sexualidade das pessoas com deficiência:

1) pessoas com deficiência são assexuadas: não têm sentimentos, pensamentos e necessidades sexuais; 2) pessoas com deficiência são hiperssexuadas: seus desejos são incontroláveis e exacerbados; 3) pessoas com deficiência são pouco atraentes, indesejáveis e incapazes para manter um relacionamento amoroso e sexual; 4) pessoas com deficiência não conseguem usufruir o sexo normal e têm disfunções sexuais relacionadas ao desejo, à excitação e ao orgasmo; 5) a reprodução para pessoas com deficiência é sempre problemática porque são pessoas estéreis, geram filhos com deficiência ou não têm condições de cuidar deles. (MAIA; RIBEIRO, 2010, n. p.).

Tendo em vista o apontado por Maia e Ribeiro (2010), se agrega, para além da sexualidade, a concepção de deficiência e/ou outras condições enquanto diferença. No que diz respeito à diferença, Louro (2008) esclarece que somente pode ser estabelecida através de uma relação, pois é preciso haver duas partes envolvidas. Portanto, diferença engloba não somente os corpos, mas também práticas, comportamentos e outros fatores que se contrapõem. Isso porque a diferença é atribuída a um sujeito “[...] quando relacionamos esse sujeito (ou esse corpo ou essa prática) a um outro que é tomado como referência.” (LOURO, 2008, p. 22).

Desse modo, a diferença, quando pautada em processos de exclusão, influencia de forma negativa o desenvolvimento e, conseqüentemente, a sexualidade. Para Miskolci (2005), as concepções de diferença foram sendo pautadas com base em um padrão hegemônico imposto pela sociedade, excluindo os corpos e as condutas tidas como desviantes. Sendo assim, além da diferença, é preciso reconhecer o conceito de diversidade. Segundo o autor, “a noção de diversidade busca compreender as demandas por respeito, por acesso a direitos por parte de pessoas que historicamente não tiveram esses direitos reconhecidos.” (MISKOLCI, 2013, p. 49).

Teoria Queer-Crip no Brasil e a sexualidade de pessoas com deficiência: uma revisão de literatura

Também cabe salientar a existência de estigmas direcionados a pessoas com deficiência. Goffman (1963, p. 8), ao abordar a temática, já estipulava que “a sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias.”. Isso significa que, mesmo de forma subjetiva e não intencional, a sociedade acaba por produzir padrões. Quando alguém não se adequa a esses padrões, fica sujeito a sofrer preconceitos e/ou diferentes formas de discriminação. Por exemplo, é esperado pela sociedade que as pessoas tenham o sentido da visão. Quando tal expectativa não se cumpre, as pessoas com essa deficiência, na maioria das vezes, sofrem com atitudes preconceituosas e discriminatórias.

Todos esses fatores se refletem na sexualidade. No macrocontexto, a sexualidade não se desvincula da conjuntura cultural, histórica e política. Alguns campos de estudo têm pesquisado sobre essa inter-relação de maneira mais aprofundada, como no caso da teoria queer e da teoria queer-crip. A contribuição dessas áreas para os estudos da sexualidade de pessoas com deficiência é de suma importância (GAVÉRIO, 2017a, 2021; LOURO, 2004; MISKOLCI, 2005).

Na língua inglesa, a palavra *queer* foi utilizada por muito tempo de forma pejorativa, significando: “estranho, raro, excêntrico, de caráter duvidoso, questionável, vulgar [...] se associando, principalmente, à homossexualidade como estigma.” (LAURETIS, 2012, p. 1). Ao longo do tempo, a palavra passou a ser ressignificada, tornando-se um símbolo de protesto social (ou identitário) e da luta pelo direito à diversidade. Já a expressão *teoria queer* se originou na década de 1990, em um workshop organizado por Teresa de Lauretis, na Universidade da Califórnia (LAURETIS, 2012). A partir de então, a teoria queer passou a fazer parte dos campos de estudo relacionados à sexualidade, ao feminismo e às questões de gênero. Ademais, indo além dos muros da academia, ela também impactou os discursos e práticas de pessoas que podem ser categorizadas sob o conceito de queer (por exemplo, pessoas LGBTQIAP+) (LAURETIS, 2012; MISKOLCI, 2005).

A partir da teoria queer, podemos compreender que a sociedade está fundamentada em uma dicotomia sexual entre feminino e masculino, enquanto categorias opostas e mutuamente excludentes. Um dos princípios dessa teoria é justamente desestabilizar a essência heteronormativa e promover uma diferenciação cultural, com base nas questões de

gênero (BUTLER, 2002; FERNÁNDEZ, 2017; LAURETIS, 2012; LOURO, 2004, 2008; MISKOLCI, 2005; TORRAS, 2007).

Crip, por sua vez, é o diminutivo de *cripple*, que pode ser traduzido como “aleijada(o)”, “defeituosa(o)”. Trata-se de um termo que tem sido utilizado como símbolo da luta e resistência de pessoas com deficiência para romper com as categorizações estipuladas pela sociedade, que continuam a estigmatizar esse grupo de pessoas como incapazes (SANTOS, 2018). No que diz respeito à teoria queer-crip, o argumento central se baseia no fato de que existe uma imposição normativa não somente direcionada ao masculino e ao feminino, mas, também, aos corpos e às singularidades que os compõem (sexualidade, gênero, orientação sexual, deficiência etc.) (GAVÉRIO, 2015; MCRUER, 2006; SANTOS, 2018).

Nessa vertente teórica, a deficiência é compreendida pelo prisma dos *disability studies*¹ (GAVÉRIO, 2017a, 2021). Logo, há uma concepção sobre a importância do *local de fala*² e a atuação da pessoa no que se refere à sua própria deficiência, bem como a compreensão de que toda normatividade é historicamente construída e socialmente imposta, produzindo muitos estigmas e marginalização (MELLO; NUERNBERG, 2012, 2013). Essa perspectiva reducionista faz com que todos os corpos que não se adequam ao padrão hegemônico sejam considerados incapazes (de toda e qualquer conduta e/ou expressão social) (FERNÁNDEZ, 2017; MCRUER, 2006, 2017).

McRuer (2006), um dos precursores dos estudos da teoria queer-crip, questiona a corponormatividade e “[...] como corpos e deficiências foram concebidos e materializados em vários locais culturais, e como podem ser entendidos e imaginados como formas de resistência à homogeneização cultural.” (MCRUER, 2006, p. 33). Existe, nesse sentido, um regime social que segue fomentando normas de corpos tido como “perfeitos” (sem doenças, deficiências, problemas de inúmeras naturezas etc.), estabelecendo o que McRuer (2006) nomeou de *compulsory ablebodiedness* (corponormatividade compulsória).

McRuer (2006) produziu a teoria queer-crip com base nos construtos pré-existentes da teoria queer dos anos 1990. Dessa forma, passou a ampliar os conceitos da teoria queer e determinar paralelos inerentes ao *crip*, como, por exemplo, quando elaborou o termo *ability trouble* (problemas de habilidade/capacidade) a partir de “*gender trouble*” (problemas de gênero), proveniente do trabalho de Judith Butler (1999). Também há uma intersecção da

teoria queer-crip com o trabalho de Preciado (2011), quando defende a noção de sexo como ato e construção política (sexopolítica)³. De acordo com Preciado (2011):

[...] a política da multidão queer não repousa sobre uma identidade natural (homem/mulher) nem sobre uma definição pelas práticas (heterossexual/homossexual), mas sobre uma multiplicidade de corpos que se levantam contra os regimes que os constroem como “normais” ou “anormais”: são os drag kings, as gouines garous, as mulheres de barba, os transbichas sem paus, os deficientesciborgues... O que está em jogo é como resistir ou como desviar das formas de subjetivação sexopolíticas. (PRECIADO, 2011, p. 16).

Assim como ocorre na teoria queer, a teoria queer-crip se preocupa com o desenvolvimento das identidades de pessoas com deficiência e/ou outras condições que estigmatizam os corpos com ineficiência (SANTOS, 2018). Levando isso em conta, ocorrem lutas sociais pela representatividade e pelo reconhecimento da multiplicidade das pessoas com deficiência, haja vista que muitas delas são marginalizadas não somente pela deficiência, mas igualmente por questões inerentes à raça, à classe social, ao gênero, à orientação sexual etc. – o que dificulta ainda mais o acesso a todos os recursos de acessibilidade e estrutura social (MOREIRA, 2017).

Pesquisas internacionais evidenciam que todos os apontamentos defendidos pela teoria queer-crip são um importante fundamento à criação de novas políticas públicas, à elaboração e aplicação de métodos de educação sexual, ao fomento da acessibilidade, dentre outros fatores que permitem o desenvolvimento global das pessoas com deficiência e sua plena participação na sociedade (MAREÑO, 2021; MCRUER, 2017, 2020; 2021; PÉREZ; RIPOLLÉS, 2016). Todos esses fatores são parte integrante e significativa da sexualidade das pessoas com deficiência.

Considerando esses apontamentos, o objetivo desta pesquisa foi mapear o desenvolvimento de pesquisas acerca da teoria queer-crip no Brasil no que se refere ao desenvolvimento da sexualidade de pessoas com deficiência.

2. Método

A presente pesquisa esteve pautada em uma abordagem qualitativa, pois “[...] preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento etc.” (MARCONI; LAKATOS, 2017, p. 299). Ademais,

se caracteriza como sendo bibliográfica exploratória. De acordo com Marconi e Lakatos (2017), esse tipo de pesquisa verifica e analisa o que foi tornado público em relação ao tema de estudo.

Para lograr o objetivo definido, foi realizada uma busca nos seguintes bancos de dados acadêmicos nacionais: Google Acadêmico, Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Portal de Periódicos Capes (MEC) e Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). A seleção desses bancos de dados esteve pautada no fato de serem considerados os de maior alcance e de divulgação em âmbito nacional.

Nesta pesquisa, ao tratar de um tema em ascensão, não houve a aplicação de recorte temporal e a busca foi realizada no mês de setembro de 2022. Em relação às palavras-chave, elas foram definidas com base no tema e na literatura da área. As palavras-chave utilizadas foram: a) teoria queer-crip; b) queer-crip; e c) teoria crip. Não foram utilizadas palavras sobre o tema sexualidade, pois os termos da busca representam todos os aspectos sobre o objetivo proposto. Os critérios de inclusão estiveram pautados em a) as produções que apresentaram já no título os termos da busca; b) produções produzidas em território nacional; e c) produções escritas em português. Foram excluídas as pesquisas que se destinavam ao estudo apenas da teoria queer ou que estivessem direcionadas a outros públicos. As pesquisas duplicadas também foram descartadas.

A seleção dos estudos foi realizada seguindo algumas etapas: 1) busca das produções nos bancos de dados; 2) leitura dos títulos, verificando se continham as palavras-chave da busca; 3) leitura dos resumos; 4) leitura dos textos na íntegra; 5) junção das pesquisas encontradas em ordem cronológica; 6) análise do conteúdo das pesquisas com base no objetivo deste estudo. Após esse processo, foram selecionadas as produções relevantes e a análise dos dados se fundamentou nos questionamentos levantados que pudessem atender ao objetivo traçado para esta pesquisa, abarcando, assim, a teoria queer-crip e a sexualidade de pessoas com deficiência.

No Google Acadêmico, a busca gerou um total de 516 resultados. Destes, 27 correspondiam aos termos da pesquisa. Como se trata de um banco de dados de larga escala, foi realizada uma busca avançada, considerando os critérios de inclusão. Após a aplicação das etapas de seleção, cinco produções atendiam aos critérios de inclusão e foram selecionadas para análise. No Scientific Electronic Library Online (SCIELO), a busca retornou dois

Teoria Queer-Crip no Brasil e a sexualidade de pessoas com deficiência: uma revisão de literatura

resultados. No entanto, não eram correspondentes ao objetivo da pesquisa e foram excluídos. Já no Portal de Periódicos Capes (MEC), a busca teve um total de 94 resultados. Contudo, eram pesquisas internacionais e, portanto, não foram selecionadas. Não foram encontradas produções de acordo com os termos de busca na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). Levando isso em conta, foram selecionados e analisados os trabalhos listados a seguir (Quadro 1):

Quadro 1 - Resultado das produções sobre teoria queer-crip no Brasil

	Ano	Autores	Título	Tipo	Banco de dados	Periódicos
1	2016	Marco Antonio Gavério	Feminist, Queer, Crip. Resenha de Kafer, Alison.	Resenha	Google Acadêmico	Revista Florestan Fernandes
2	2017	Felipe Moreira	Corporalidades não-hegemônicas em intersecção: a experiência da teoria Crip	Capítulo de livro	Google Acadêmico	Temas em Sociologia – Corpos, poderes e processos de subjetivação: discursos e práticas na cultura contemporânea
3	2017	Jaqueline Lopes Pereira; Francielle Elisabet Nogueira Lima	Estranhamento e desestabilizações no debate jurídico sobre deficiência: possíveis contribuições da teoria crip à (des)construção da capacidade legal	Artigo	Google Acadêmico	Anais eletrônicos do 13º Seminário Internacional Fazendo Gênero
4	2021	Luana Adriano Araújo	Crits e crips: conectando estudos críticos de deficiência e estudos jurídicos críticos	Artigo	Google Acadêmico	Revista Direito e Práx.
5	2022	Lina Ferrari de Carvalho; João Manuel de Oliveira	Fotografias e Monstros – enquadramentos queer e crip nas obras de Diane Arbus	Artigo	Google Acadêmico	Revista Periódicus

Fonte: elaboração própria.

No que se refere aos trabalhos selecionados, ficou claro o direcionamento de seus conteúdos, uma vez que, já no título, mencionam os termos referentes à teoria queer-crip. Já as produções excluídas versavam sobre outras temáticas (vinculadas ao campo das ciências sociais, do feminismo, da antropologia, do direito etc.) e/ou tinham objetivos diferentes do tema pesquisado (teoria queer-crip).

3. Resultados e discussão

Considerando a ordem cronológica de publicação, a primeira produção analisada é uma resenha elaborada por Gavério (2016) sobre a obra “Feminist, queer, crip”, de Alison Kafer, publicada originalmente em 2013. De acordo com o autor, a obra pode ser tida como “[...] um ótimo ponto de partida para quem quer compreender como a deficiência se constitui atualmente como um conflito político.” (GAVÉRIO, 2016, p. 166). Na resenha, Gavério (2016) abarca a concepção de deficiência a partir do prisma dos *disability studies* e do modelo político/relacional⁴ defendido por Kafer (2013). Ademais, aborda o fato de a deficiência perpassar as histórias de vida e englobar inúmeras situações relacionadas à sexualidade, à raça, ao gênero, à classe social e à nacionalidade, não decorrendo somente da dicotomia entre corpo e mente. Para Kafer (2013), a diversidade de conceitos e a construção das identidades das pessoas com deficiência correspondem a uma somatória de fatores históricos e sociais, que menosprezam as condições atuantes e configura uma incapacidade, aproximando-se, desse modo, à teoria queer-crip.

Moreira (2017), no capítulo de livro “Corporalidades não-hegemônicas em intersecção: a experiência da teoria Crip”, aborda a teoria queer-crip analisando as corporalidades tidas como não-hegemônicas. Em seu texto, o autor discorre sobre como os corpos tidos como “anormais” ou fora dos padrões socialmente impostos sofrem os impactos de uma política assistencialista e segregacionista. Para Moreira (2017), a corporalidade normativizada gera uma não aceitação da deficiência, tendo como binarismo os corpos eficientes e não eficientes. Esses fatores fazem com que existam poucas políticas públicas, perpetuando o assistencialismo, os preconceitos, as discriminações e a marginalização dos corpos não hegemônicos.

O trabalho de Pereira e Lima (2017), por sua vez, analisa a estrutura tradicional e binária instituída no sistema jurídico brasileiro. Segundo as autoras, até 2015, o direito civil brasileiro classificava pessoas com deficiência, pelo regime da capacidade civil, como relativa ou absolutamente incapazes. Mesmo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência ou Lei Brasileira de Inclusão (LBI), como é comumente conhecida (Lei 13.146/2015), que permitiu às pessoas com deficiência serem consideradas emancipadas no campo do Direito, ainda se debate acerca da capacidade legal dessas pessoas. Sem considerar as especificidades de cada sujeito e com base na corponormatividade imposta socialmente, a legislação continua estando

Teoria Queer-Crip no Brasil e a sexualidade de pessoas com deficiência: uma revisão de literatura

atravessada por muitos preconceitos. Logo, são necessários movimentos sociais pelos direitos das pessoas com deficiência. Apesar do grande avanço decorrente da LBI/2015, as autoras apontam para urgência de uma reforma integral na legislação brasileira (PEREIRA; LIMA, 2017).

Analisando estudos críticos de deficiência e estudos jurídicos críticos, pelo prisma da teoria crits⁵ e queer-crip, Araújo (2021) elaborou um texto que amplia as discussões acerca dos ritos jurídicos de normalidade direcionados à deficiência. Para Araújo (2021), a teoria crits se volta contra um formalismo doutrinário que segue enraizado dentro das práticas da objetividade do direito e da norma. Contesta, desse modo, a noção de norma e normalidade instauradas pela legislação frente à sociedade, assim como estipula um paralelo com os objetivos da teoria queer-crip. Em seu entendimento, da mesma forma que se foca em uma legislação ampla pela igualdade de direitos e acesso à norma, se constitui a luta que tem como foco desestabilizar os parâmetros de normalidade.

O último (e mais recente) artigo selecionado nesta pesquisa debate como Diane Arbus⁶ problematiza em sua obra a ética da fotografia e o seu uso como ferramenta para promover a normalização dos corpos (CARVALHO; OLIVEIRA, 2022). Carvalho e Oliveira (2022) realizam uma conexão entre a obra de Arbus e a teoria queer-crip, tratando tanto do que é considerado “normal” quanto de como os corpos tidos como “monstruosos” podem ser objetos de desejo. Os autores discutiram como, pelas lentes de Arbus, pessoas socioculturalmente marginalizadas ganharam visibilidade pública (CARVALHO; OLIVEIRA, 2022).

Acerca das obras analisadas, ficou evidente a discussão em torno das imposições sociais sobre a deficiência, o que ainda fomenta a cultura do estigma e do preconceito em relação a essas pessoas (ARAÚJO, 2021; CARVALHO; OLIVEIRA, 2022; GAVÉRIO, 2016; MOREIRA, 2017; PEREIRA; LIMA, 2017). Além disso, destaca-se que a sexualidade é parte integrante do desenvolvimento global do indivíduo, não somente no que diz respeito a fatores físicos e/ou subjetivos, mas, também, políticos (LOURO, 2000; MAIA, 2011; PINEL, 1999).

Somado a esses fatores, percebe-se que a corponormatividade compulsória, assim como estabelecido por McRuer (2006), pode afetar negativamente o desenvolvimento global do indivíduo e sua sexualidade. Carvalho e Oliveira (2022), ao debaterem a obra de Diane

Arbus, destacam que pessoas marginalizadas estão, cada vez mais, ganhando visibilidade. Isso tem feito com que essas pessoas manifestem sua sexualidade de forma mais ampla e deixem de serem consideradas como incapazes de qualquer manifestação sexual (CARVALHO; OLIVEIRA, 2022).

Assim sendo, podemos compreender que a deficiência abarca uma diversidade de corpos, concebida enquanto ato político. Isso porque um corpo deficiente é uma constante resistência contra o processo de homogeneização cultural (GAVÉRIO, 2016; MCRUER, 2006). Ademais, esse processo pode ser entendido a partir do conceito de sexopolítica, pois não se trata apenas de existir enquanto pessoa, mas como indivíduo dotado de identidade e com o desenvolvimento pleno de sua sexualidade (MCRUER, 2006; PRECIADO, 2011).

Também foi possível verificar que os estudos queer-crip englobam concepções de diferença (ARAÚJO, 2021; CARVALHO; OLIVEIRA, 2022; GAVÉRIO, 2016; MOREIRA, 2017; PEREIRA; LIMA, 2017). Ao tratar da deficiência partindo da problematização da dicotomia eficiente vs. não eficiente, fazem uma crítica ao padrão de hegemônico de “normalidade” socialmente estabelecido (LOURO, 2008; MISKOLCI, 2005). A hegemonia dos padrões socialmente aceitos faz com que se perpetuem atitudes discriminatórias, preconceituosas e estigmatizantes, gerando a necessidade de reconhecer a importância da participação ativa de pessoas que, em todos os aspectos, não são reconhecidas socialmente, o que é defendido pelo *disability studies* (MISKOLCI, 2013; PICOLLO, 2012).

Moreira (2017) e Pereira e Lima (2017), por sua vez, ratificam essa perspectiva analítica ao salientarem a importância do desenvolvimento de políticas públicas que supram as necessidades específicas das pessoas com deficiência. Moreira (2017) destaca que as políticas públicas são segregacionistas e assistencialistas, pois não permitem que as pessoas com deficiência se manifestem e tenham seus direitos verdadeiramente atendidos (de forma assertiva e sem preconceitos). Já Pereira e Lima (2017) afirmam que, apesar dos avanços, a legislação ainda compreende as pessoas com deficiência como legalmente incapazes. Isso faz com que as políticas e ações sociais necessitem ser urgentemente reformuladas (FERNÁNDEZ, 2017; MCRUER, 2006, 2017).

Todos os estudos defendem a importância do local de fala das pessoas queer-crip, pois apenas dessa forma seria possível atender suas demandas e especificidades, considerando a subjetividade de cada indivíduo (ARAÚJO, 2021; CARVALHO; OLIVEIRA, 2022; GAVÉRIO, 2016;

MOREIRA, 2017; PEREIRA; LIMA, 2017). Como apontado por Santos (2018), há uma preocupação para que as pessoas queer-crip desenvolvam plenamente sua sexualidade e que haja representatividade suficiente para que possam deixar de serem marginalizadas. A marginalização é causada não somente pela deficiência, mas, também, pela classe social, gênero, orientação sexual, raça e outros marcadores sociais de diferença (SANTOS, 2018; MOREIRA, 2017).

É importante salientar que todo o contexto acerca da teoria queer-crip está diretamente associado com o desenvolvimento da sexualidade das pessoas com deficiência. Sendo assim, compreender a teoria queer-crip (e as pessoas representadas por ela) pode promover mais ações sociais direcionadas a pessoas com deficiência, como o desenvolvimento de políticas públicas; a reformulação de legislações; o auxílio em todo processo educacional de pessoas com deficiência; o fortalecimento de movimentos sociais pela luta de igualdade de direitos; e a representatividade. Esses fatores são capazes de contribuir ao desenvolvimento global do indivíduo e de sua sexualidade, além de garantir uma participação social mais plena.

4. Considerações finais

Partindo do objetivo de mapear o desenvolvimento de pesquisas acerca da teoria queer-crip no Brasil no que se refere ao desenvolvimento da sexualidade de pessoas com deficiência, foi possível constatar que ainda são escassas as pesquisas que abordam essa temática.

Com base na análise dos estudos selecionados, pode-se observar que eles se concentram principalmente no campo das ciências sociais e do direito. Embora outras áreas do conhecimento possam abordar temas como a deficiência, a diferença, o estigma, o preconceito, a marginalização, a corponormatividade compulsória, a sexopolítica, as políticas públicas e a sexualidade, os estudos analisados enfatizam questões sociais e jurídicas.

Ademais, é importante salientar que as pesquisas encontradas servem de subsídio para discutir a luta pela representatividade de pessoas com deficiência. Contestar os estigmas e a marginalização dessas pessoas implica no reconhecimento dos padrões de normalidade historicamente impostos, que ainda atuam de forma a excluí-las da plena participação social.

Em síntese, a análise dos artigos possibilita pensar em como outras áreas do conhecimento poderiam contribuir para que a temática envolvendo a teoria queer-crip fosse

mais difundida. Além disso, é relevante salientar que todos os tópicos abordados pelas pesquisas fazem parte do desenvolvimento da sexualidade das pessoas com deficiência, haja vista que compõem a formação de suas identidades. Sendo assim, estudar e compreender a teoria queer-crip pode fazer com que mais ações sociais sejam realizadas e impactem positivamente no desenvolvimento global desse público.

Referências

ARAÚJO, Luana Adriano. Crits e crips: conectando estudos críticos de deficiência e estudos jurídicos críticos. **Revista Direito e Práx.**, v. 12, n. 2, p. 1270-1315, abr./jun. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/5zLmKMgTkFWZXqHLkr8tybj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 set. 2022.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Rio de Janeiro: Edições 70, 2015.

BOSWORTH, Patricia. **Diane Arbus: a biography**. New York: W. W. Norton & Company, 2006.

BUTLER, Judith. **Guender trouble**. New York: Routledge, 1999.

BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan: sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”**. Buenos Aires: Paidós, 2002.

CARVALHO, Lina Ferrari; OLIVEIRA, João Manuel. Fotografias e monstros: enquadramentos queer e crip nas obras de Diane Arbus. **Periódicus**, Salvador, v. 2, n. 17, p. 79-102, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/45613/27363>. Acesso em: 08 set. 2022.

FERNÁNDEZ, Andrea Garcá-Santesmases. **Cuerpos (im)pertinentes – Un análisis queer-crip de las posibilidades de subversión desde la diversidad funcional**. 181 f. 2017. Tese (Doutorado em Sociologia), Programa de Doutorado em Sociología, Universidade de Barcelona, 2017. Disponível em: http://diposit.ub.edu/dspace/bitstream/2445/109589/4/AGSF_TESIS.pdf. Acesso em: 01 mar. 2023.

DINIZ, Debora. **Modelo social da deficiência: a crítica feminista**. Brasília: Letras Livres, 2003.

DINIZ, Debora. **O que é deficiência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

GAVÉRIO, Marco Antônio. Estranhos desejos: a proliferação de categorias científicas sobre os “desejos pela deficiência”. **Educação em Análise**, v. 6, n. 1, p. 52-75, 2021. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/educanalise/article/view/42320/29995>. Acesso em: 01 out. 2022.

GAVÉRIO, Marco Antônio. **Estranha atração: A criação de categorias científicas para explicar os desejos pela deficiência**. 111 f. 2017a. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017a.

Teoria Queer-Crip no Brasil e a sexualidade de pessoas com deficiência: uma revisão de literatura

Disponível em:

<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/8921/DissMAG.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 08 mar. 2023.

GAVÉRIO, Marco Antônio. Nada sobre nós, sem nossos corpos! O local do corpo deficiente nos disability studies. **Revista Argumentos**, Montes Claros, v. 14, n. 1, p. 95-117, 2017b.

Disponível em:

<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/argumentos/article/view/1158/1194>. Acesso em: 15 fev. 2023.

GAVÉRIO, Marco Antônio. Resenha de: Kafer, Alison. Feminist, Queer, Crip. **Revista Florestan Fernandes**, ano 3, n. 1, p. 165-173, 2016. Disponível em:

<https://www.revistaflorestan.ufscar.br/index.php/Florestan/article/view/170>. Acesso em: 08 set. 2022.

GAVÉRIO, Marco Antônio. Medo de um planeta aleijado? – notas para possíveis aleijamentos da sexualidade. **Áskesis**, v. 4, n. 1, p. 103-117, 2015. Disponível em:

<https://docplayer.com.br/81400729-Medo-de-um-planeta-aleijado-notas-para-possiveis-aleijamentos-da-sexualidade-1.html>. Acesso em: 22 out. 2022.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.

KAFER, Alison. **Feminist, queer, crip**. Indiana: Indiana University Press, 2013.

LAURETIS, Teresa de. Identidad de género, malos hábitos y teoría queer. In: Zuríán, Francisco A. (Org.). **Imágenes del Eros**: género, sexualidad, estética y cultura audiovisual, Madrid: OCHO Y MEDIO, 2011. p. 224-244.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, v. 19, n. 2, p. 17-23, 2008. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pp/a/fZwcZDzPFNctPLxjzSgYvVC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 nov. 2022.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estanho – Ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. **Sexualidade e deficiências**. São Paulo: Ed. Unesp, 2019.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. Educação sexual e sexualidade no discurso de uma pessoa com deficiência visual. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 6, n. 3, p. 90-101, 2011. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/5004>. Acesso em: 01 mar. 2023.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. **Sexualidade e educação sexual**. Brasília: Ministério da educação e cultura (MEC), 1997. Disponível em:

https://acervodigital.unesp.br/bitstream/unesp/155340/3/unesp-nead_reei1_ee_d06_s03_texto02.pdf. Acesso em: 15 jan. 2023.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Desfazendo mitos para minimizar o preconceito sobre a sexualidade de pessoas com deficiências. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, v. 16, n. 2, p. 159-176, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382010000200002&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 15 feb. 2023.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2017.

MAREÑO, Mauricio. Una aproximación a la teoría crip: la resistencia a la obligatoriedad del cuerpo normativo. **Argumentos**, n. 24, p. 377-429, 2021. Disponível em: <https://publicaciones sociales.uba.ar/index.php/argumentos/article/view/6987/5840>. Acesso em: 20 jan. 2023.

MCRUER, Robert. Aleijando as políticas queer, os ou perigos do neoliberalismo. **Educ. Anál.**, v. 6, n. 1, p. 105-119, 2021. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/educanalise/article/view/42319>. Acesso em: 18 set. 2022.

MCRUER, Robert. Capacidad corporal obligatoria y existencia discapacitada queer. **Papeles del CEIC**, v. 2, ed. 230, p. 1-12, 2020. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7577616>. Acesso em: 05 feb, 2023.

MCRUER, Robert. **Crip times**. Disability, globalization, and resistance. New York: New York University: 2017.

MCRUER, Robert. **Crip theory**: cultural sings of queerness and disability. New York: New York University, 2006.

MELLO, Anahi Guedes de; NUERNBERG, Adriano Henrique. Corpo, gênero e sexualidade na experiencia da deficiência: algumas notas de campo. In: Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades, 3, 2013. **Anais eletrônicos [...]** Salvador: Universidade do Estado da Bahia, 2013. p. 1-13. Disponível em: http://conselhos.social.mg.gov.br/conped/images/conferencias/corpo_genero_sexualidade.pdf. Acesso em: 15 jan. 2023.

MELLO, Anahi Guedes de; NUERNBERG, Adriano Henrique. Gênero e deficiência: interseções e perspectivas. **Rev. Est. Fem.**, v. 20, n. 3, p. 635-655, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/rDWXgMRzzPFVTtQDLxr7Q4H/?lang=pt#>. Acesso em: 28 feb. 2023.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Ed. Autêntica; Universidade Federal de Ouro Preto, 2013.

MISKOLCI, Richard. Do desvio às diferenças. **Teoria & Pesquisa**, v. 1, n. 47, p. 9-41, 2005. Disponível em: <http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/43/36>. Acesso em: 01 out. 2022.

Teoria Queer-Crip no Brasil e a sexualidade de pessoas com deficiência: uma revisão de literatura

MOREIRA, Felipe. Corporalidades não-hegemônicas em intersecção: a experiência da teoria Crip. In: CASTRO, Ana Lúcia; LANDA, Maria Inés. (Org). **Corpos, poderes e processos de subjetivação: discursos e práticas na cultura contemporânea**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017. Disponível em:

<https://www.fclar.unesp.br/Home/Instituicao/Administracao/DivisaoTecnicaAcademica/ApoiamentoEnsino/LaboratorioEditorial/serie-temas-em-sociologia-n10---ebook.pdf#page=254>.

Acesso em: 08 dez. 2022.

MOUKARZEL, Maria das Graças Machado. **Sexualidade e deficiência: superando estigmas em busca da emancipação**. 2003. 221 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 2003. Disponível em:

http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/253617/1/Moukarzel_MariadasGracasMachado_M.pdf. Acesso em: 04 mar. 2023.

OMOTE, Sadao. Perspectivas para conceituação de deficiências. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 2, n. 4, p. 127-135, 1996. Disponível em:

<http://www.abpee.net/pdf/artigos/art-4-1n1.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2023.

PEREIRA, Jaqueline Lopes; LIMA, Francielle Elisabet Nogueira. Estranhamento e desestabilizações no debate jurídico sobre deficiência: possíveis contribuições da teoria crip à (des)construção da capacidade legal. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 11, 2017. **Anais eletrônicos** [...] Florianópolis: 2017. p. 1-12. Disponível em:

[http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1502974997_ARQUIVO ESTRANHAMENTOSEDESESTABILIZACOESNODEBATEJURIDICOSOBREDEFICIENCIAPOSSIVEISCO NTRIBUICOESDATEORIACRIPA\(DES\)CONSTRUCAODACAPACIDADELEGAL.pdf](http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1502974997_ARQUIVO ESTRANHAMENTOSEDESESTABILIZACOESNODEBATEJURIDICOSOBREDEFICIENCIAPOSSIVEISCO NTRIBUICOESDATEORIACRIPA(DES)CONSTRUCAODACAPACIDADELEGAL.pdf). Acesso em:

08 jan. 2023.

PÉREZ, Melania Moscoso; RIPOLLÉS, Soledad Arnau. Lo Queer y lo Crip, como formas de reapropiación de la dignidad disidente. Una conversación con Robert McRuer. **Dilemata**, n. 20, p. 137-144, 2016. Disponível em:

<https://www.dilemata.net/revista/index.php/dilemata/article/view/430>. Acesso em: 07 mar. 2023.

PICCOLO, Gustavo Martins. **Contribuições a um pensar sobre a deficiência**. 2012a. 232 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas). Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012. Disponível em:

<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2898>. Acesso em: 15 fev. 2023.

PINEL, Arletty Cecilia. Educação Sexual para pessoas portadoras de deficiências físicas e mentais. In: RIBEIRO, Marcos. (Org.). **O prazer e o pensar: orientação sexual para educadores e profissionais de saúde**. São Paulo: Gente, 1999. p. 211-226.

PRECIADO, Beatriz. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. **Estudos Feministas**, v. 19, n. 1, p. 11-20, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/yvLQcj4mxkL9kr9RMhxHdwk/>. Acesso em: 01 mar. 2023.

SANTOS, Ana. Transversos. *Revista de História*, n. 14, p. 150-165, 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos/article/view/39335/27598>. Acesso em: 15 fev. 2023.

TORRAS, Meri. El delito del cuerpo. In: TORRAS, Meri. (Org.). **Cuerpo e identidade I**. Barcelona: Edicions UAB, 2007. p. 11-35.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 35-82.

ZERBINATI, João P.; BRUNS, Maria Alves de Toledo. Sexualidade e Educação: revisão sistemática da literatura científica nacional. **Revista Travessias**, v. 11, n. 1, p. 76-92, 2017. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/16602/11276>. Acesso em: 15 jan. 2023.

Notas

¹ Em tradução livre, “estudos da deficiência”. Englobam as teorias que têm como base o modelo social da deficiência. Nesse modelo, a deficiência atinge uma esfera política, pois são considerados os impedimentos que barram a plena participação das pessoas na sociedade. A opressão diante da deficiência pode ser em decorrência de uma lesão ou disfunção existente em um corpo. Contudo, as barreiras encontradas socialmente devem ser combatidas, considerando as vivências, experiências e atitudes das pessoas que são marginalizadas, haja vista que o lema do *disability studies* é “Nada sobre Nós, sem Nós” (DINIZ, 2004, 2007; GAVÉRIO, 2015; PICOLLO, 2012; OMOTE, 1996).

² Nesse caso, o “local de fala” é compreendido pela importância de quem e do local de onde se discursa. Compreendido pelo prisma dos *disability studies*, o “local de fala” é uma oportunidade para a luta contra a desigualdade, independente do âmbito onde ocorra, permitindo que os sujeitos excluídos possam discursar e falar por si mesmos (PICCOLO, 2012).

³ Para Preciado (2011), sexopolítica se refere à construção política do sexo e da sexualidade, imposta pelo capitalismo e pautada na normalidade social. A sexopolítica toma os estudos de Foucault como ponto de partida. No entanto, contesta sua concepção política e normativa do sexo, uma vez que impede as inúmeras formas de subjetivação do ser humano (PRECIADO, 2011). Preciado (2011), assim, agrega ao trabalho de Foucault inúmeras contribuições, necessárias às mudanças e lutas sociais contra as imposições direcionadas ao corpo tido como ideal e sobre as imposições heteronormativas (MÜNCHOW; SILVEIRA, 2011).

⁴ O modelo político/relacional da deficiência ou teoria sociopolítica traz para o debate as inúmeras variáveis socioculturais referentes à deficiência. Diferente dos *disability studies* (que se direciona ao vínculo entre a disfunção de um corpo e a deficiência social em torno disso), no modelo político/relacional, a deficiência se reinventa a partir das experiências coletivas e políticas sobre as identidades e vivências das pessoas (KAFFER, 2013).

⁵ O termo *crits* é baseado no Critical Legal Studies (Estudos jurídicos críticos). Estabelecido enquanto movimento, *crits* seria o termo denominado às pessoas que faziam parte dos ativismos ocorridos dentro das faculdades de direito e que, com o tempo, passaram a agir também em relação as leis e a imposição dos ritos de normalidade.

⁶ Diane Arbus (1923-1971) foi uma fotógrafa e escritora estadunidense. Vivendo em Nova York, Diane Arbus ficou conhecida pelas suas fotografias em preto e branco de pessoas comuns e marginalizadas, principalmente pessoas com deficiência (BOSWORTH, 2006).

A presente pesquisa possui o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Sobre as autoras

Helen Cristiane da Silva Theodoro

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial (PPGEEs), pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); Mestra em Educação Especial (PPGEEs – UFSCar); Licenciada em Educação Especial (UFSCar). E-mail: helenstheodoro@gmail.com; Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0916-5429>

Fátima Elisabeth Denari

Professora Associada do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), e no Programa de Pós-Graduação em Educação Especial (PPGEEs). E-mail: fadenari@terra.com.br; Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9248-6359>

Recebido em: 17/03/2023

Aceito para publicação em: 07/09/2023